

## **Identificação da Rede de Relações no Território de Desenvolvimento Rural – APROTUNAS**

SANDRO MIGUEL MENDES  
(sandromiguel@ufpr.br)  
DENYS DOSZA  
LUIZ PANHOCA  
MARLENE SCHUSSLER D'ARAZ

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares – ITCP  
Pró-Reitoria de Extensão e Cultura - PROEC  
Universidade Federal do Paraná- UFPR

**Eixo Temático:** ¿Qué tecnología para qué sociedad? Las Tecnologías Sociales y su relación con la Economía Solidaria, una relación intrínsecamente dialógica.

### **Resumo**

Este trabalho tem por objetivo identificar como se dá o desenvolvimento rural por meio das redes de relações sociais estabelecidas pela Associação de Produtores Rurais de Tunas do Paraná – APROTUNAS, situada no Vale do Ribeira, Região metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná. A equipe da Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares, através do projeto de pesquisa financiado pelo PRONIC/CNPq trabalhou na identificação da rede de relacionamento no período de 2007 a 2015. Este diagnóstico possibilitou o entendimento de como se dá as articulações e como estão as instâncias de governança no território mapeando onde estão inseridas às instituições públicas e privadas, comunidades urbanas e rurais, autoridades locais e agricultores. A metodologia utilizada foi o estudo de caso por meio da pesquisa-ação, por meio de visitas técnicas, reuniões e capacitações. No território há diversas modalidades de governança identificadas, tais como: poder público municipal e estadual; associações; conselhos municipais; entidades religiosas, escolas e líderes informal. Foi possível identificar a importância das redes de relacionamento, uma vez que, se apresentam como uma solução viável aos cidadãos ativos e conscientes das necessidades de transformações do território. As articulações no território podem possibilitar uma transformação social, com a melhoria da renda e conseqüentemente a melhora na qualidade de vida da população rural e urbana inserida no território estudado.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento rural, redes, território.

### **Introdução**

Com o objetivo de promoção do desenvolvimento socioeconômico e solidário pelo envolvimento e empoderamento da comunidade, bem como, foco no desenvolvimento regional a Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares (ITCP) desenvolve ação no Vale do Ribeira. A ITCP é um programa de extensão universitária da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Constituída em junho de 1998 e orientada pelo Plano Nacional de Extensão, que reafirma a “Extensão Universitária como processo acadêmico definido e efetivado em função das exigências da realidade, além de indispensável na formação do estudante, na qualificação do professor e no intercâmbio com a sociedade” (FORPROEX: 2012: 05).

A ITCP/UFPR executa projeto de pesquisa financiado pelo PRONIC/CNPq, referente à chamada MCTI/SECIS/MTE/SENAES/CNPq N° 89/2013, onde o foco de desenvolvimento das atividades está centrado na Associação de Produtores Rurais – APROTUNAS, localizada na Comunidade de Ouro Fino no Município de Tunas do Paraná, Região do Vale do Ribeira, Estado do Paraná. A ITCP identificou a rede de relações institucionais e sociais e como se dá suas articulações no território em que a pesquisa é elaborada. Utilizando a metodologia da pesquisa-ação na elaboração do diagnóstico, foram identificadas as relações do capital social, das redes sociais com órgãos públicos e privados, tais como: Prefeitura Municipal e suas unidades administrativas; Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER; Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB; Conselhos Municipais de Controle Social; Escolas Municipais e Estaduais, Igrejas, Pontos de Comercialização (compra e venda); Prefeituras e Associações de Produtores de Municípios vizinhos; Comunidade Rural e Urbana; e também a relação da APROTUNAS com a ITCP/UFPR nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Estudo possibilitou identificar como se dá o desenvolvimento do territorial como uma possível solução nas dinâmicas de participação comunitária e na relação entre os atores locais para melhoria da renda, gestão, e qualidade de vida e trabalho.

## **Redes**

As redes de relações institucionais e/ou sociais tem por objetivo o fortalecimento de um ou mais grupos (no contexto da economia solidária) onde o público alvo é o indivíduo, ou seja: associações; cooperativas; clube de trocas; etc., partindo do conceito definido por Olivieri (2003:1), em que “Redes são sistemas organizacionais capazes de reunir indivíduos e instituições, de forma democrática e participativa, em torno de causas afins”, as estruturas são flexíveis e estabelecidas de forma horizontal, as suas dinâmicas de trabalho supõem ações colaborativas e de sustentação pela vontade e afinidade dos seus integrantes, esta estrutura social caracteriza-se como um significativo recurso organizacional.

Pode-se entender que as redes são estruturadas para trabalhar em parceria com maior flexibilidade para resolver as questões de interesse da comunidade no território onde está inserida. A transposição de fronteiras é um requisito cada vez mais importante devido ao surgimento de novas formas de conexão entre pessoas, em que organizações aparentemente isoladas passam a ocupar um espaço democrático e de cooperação para melhorar o processo de desenvolvimento territorial.

Em que pese à dificuldade de organizar e gerenciar uma rede constata-se a necessidade de compartilhar informações, difundir conhecimento, buscar de novas técnicas de gestão, produção, comunicação e comercialização como questões importantes para a base na formação das redes, tanto local quanto no território, “Trabalhar em rede traz grandes desafios pessoais e profissionais, pois a evolução no domínio das técnicas de comunicação, o uso habilidoso e criativo das ferramentas tecnológicas, a revolução cultural, a internalização dos fundamentos não podem ser processos apenas individuais, têm que ser coletivos”, Amaral (2002: 2).

Nesta linha de raciocínio, onde se identifica que há necessidade de resolver problemas antigos e inéditos no território, questões vinculadas a governança e culturais são pontos que requerem estudos e cuidados, para que a rede seja de fato uma ferramenta de apoio ao desenvolvimento e que beneficie a comunidade, conforme relata Teixeira (2012: 21).

[...] as redes são dialéticas e podem das condições ao desenvolvimento ou ao controle e denominação, portanto, há que analisar a governança territorial tanto como uma articulação territorial visando o bem comum e o desenvolvimento endógeno solidário, como um instrumento que objetiva a concretização de benefícios a somente uma classe social, legitimando seus interesses como algo socializado e aceito por todos.

Desta maneira, pode-se perceber que a organização de rede como ferramenta de arranjo produtivo, objetivando obter vantagens competitivas de produção e comercialização, é uma possível potencializadora de desenvolvimento territorial.

### **Território e Desenvolvimento Rural**

A compreensão do significado de desenvolvimento rural caminha para uma convergência de diversos aspectos como: atividades agrícolas e não agrícolas; políticas públicas; agroindústria; população rural e urbana; ocupação dos espaços rurais, além de outros aspectos que acentuam um “Novo Rural”, Graziano (1997) destaca este fato “a partir de meados dos anos 80, assistimos ao surgimento de uma nova conformação do meio rural brasileiro, a exemplo que já ocorre há tempos nos países desenvolvidos”.

O desenvolvimento passa por uma agropecuária moderna, tecnologias de produção, atividades ligadas à moradia, lazer e religião inclusa no território.

Partindo do pressuposto que, quando se fala em desenvolvimento local, estamos em um lugar territorialmente constituído onde os processos se efetivam, e segundo Prévost (1993, 1995, p.15 *mimeo*).

O território de uma comunidade, não há direção geral ou poder político local que possua uma autoridade suficiente para comandar direta ou indiretamente o conjunto dos agentes preocupados com o desenvolvimento e para impulsioná-los a mudanças de caráter coletivo.

Há que se identificar e analisar os atores e suas relações sociais e a manifestação de poder no território, “Para as pessoas e suas organizações, o território que habitam e atuam tem o significado de provedor de recursos para subsistência e de proteção para a existência”, Saquet (2007: 24), todas as relações sociais, econômicas, políticas e culturais são marcadas pelo poder.

As relações sociais em conjunto com as instâncias de governança podem trabalhar de forma conjunta e organizada, fazendo com que o indivíduo tenha a sensação de pertencimento no território, utilizando este

território como espaço das relações sociais, onde é importante o estabelecimento de laços de solidariedade e cooperação, “A formação de um território dá às pessoas que nele habitam a consciência de sua participação, provocando o sentido da territorialidade”, Andrade (1995: 20).

Em determinados territórios há sobreposição de governança e gestão territorial, na região do Vale do Ribeira, atuam diretamente na governança formal, o governo Federal, Estadual e Municipal, cada uma das esferas de governo com suas políticas de gestão e desenvolvimento regional, na governança informal estão às lideranças comunitárias e religiosas, tudo isto faz parte de um sistema, conforme relata Santos (2000: 66).

O território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais e da vida, sobre os quais ela influi. Quando se fala em território deve-se, pois, desde logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população. Um faz o outro, à maneira da célebre frase de Churchill: primeiro fazemos nossas casas, depois elas nos fazem... A ideia da tribo, povo, nação e, depois, de Estado nacional decorre dessa relação tornada profunda.

O território é um espaço modificado por um processo histórico de ocupação, e esta ocupação pelo ser humano em comunidades leva a convivências em grupos e naturalmente a convivência em sociedade, neste caso, os grupos de agricultores da área rural de Tunas do Paraná. “Para as pessoas e suas organizações, o território que habitam e atuam tem o significado de provedor de recursos para subsistência e de proteção para a existência”, Guimarães (2013: 106).

O território em estudo neste trabalho está situado no Vale do Ribeira (composta pelos municípios de Adrianópolis, Bocaiúva do Sul, Cerro Azul, Doutor Ulysses, Itaperuçu, Rio Branco do Sul e Tunas do Paraná), região metropolitana de Curitiba, Estado do Paraná (Figura. 1), na região a renda familiar baixa e a falta de perspectivas e de oportunidades de negócios, vem favorecendo o aparecimento de bolsões de pobreza, tanto na área rural quanto na urbana, motivo pelo qual governos, universidade, e outras instituições desenvolvem ações na busca do desenvolvimento regional que possibilitem alterar este quadro social e econômico.

Figura.1 – Localização de Tunas do Paraná – Vale do Ribeira



Fonte: Comec – Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba

### **Metodologia**

Como estratégia para aplicação dos procedimentos metodológicos, foram elaboradas reuniões de planejamento com a equipe executora do projeto, reuniões com os associados da APROTUNAS, visitas a propriedades rurais, reuniões e visitas a equipamentos públicos e conselhos municipais em Tunas do Paraná. A metodologia da ITCP/UFPR considera como focos de atuação a família e a propriedade, econômica e a comunidade, a partir da inclusão das dimensões humanas, econômicas, ambientais e sociais. Utilizando a metodologia da pesquisa-ação na elaboração do diagnóstico, que segundo Thiollent (2008: 21) “pela pesquisa-ação é possível estudar dinamicamente os problemas, decisões, ações, negociações, conflitos e tomadas de consciência que ocorrem entre os agentes durante o processo de transformação da situação”. Trata-se de um estudo de caso, que segundo Yin (2001), permite o estudo da compreensão e investigação de fenômenos complexos individuais e grupais.

### **Discussões e Resultados**

Com os objetivos específicos: (i) - Ações de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários (EES), como atores econômicos nos territórios alvo. Buscando sua organização em redes e cadeias nos campos da produção, comercialização, logística, consumo como estratégia para modelo de desenvolvimento sustentável; (ii) Ações para melhorar a participação das famílias de baixa renda nas organizações comunitárias, conselhos e demais espaços de gestão, aumentando a sua capacidade de elaboração de propostas e influência junto às autoridades locais. Conquistando assim mudanças nas políticas públicas; (iii) Viabilizar a autonomia, sustentabilidade econômica e articulação dos empreendimentos econômicos solidários com os processos de desenvolvimento territorial; (iv) Sistematização de processos para construção de referenciais conceituais e metodológicos acerca de processos de incubação de EES; (v) A articulação com outros projetos da universidade, com o processo organizativo dos fóruns e Redes de Economia Solidária e com outras políticas federal, estaduais e municipais relacionadas ao fortalecimento da Economia Solidária; e (vi)

Articulação entre atividades de pesquisa, ensino e extensão, a ITCP/UFPR identificou que a rede de articulações no território é um instrumento que permite visualizar que os indivíduos não agem de forma independente, esses indivíduos fazem parte do capital social inserido na estrutura da sociedade local, pois a sociedade é um “conjunto de indivíduos independentes, cada um agindo para alcançar objetivo a quem chegam independentemente uns dos outros, o funcionamento do sistema social consistindo na combinação destas ações dos indivíduos independentes (Coleman: 1990 :300).

O capital social, as relações, o desenvolvimento socioeconômico e solidário, bem como, o envolvimento e empoderamento da comunidade é objeto de estudo na construção de alternativas que visam enfrentar os problemas sociais, econômicos, ambientais e culturais em Tunas do Paraná, através da Associação de Produtores Rurais – APROTUNAS. Neste modo há que se estudar onde e quando os atores sociais (agricultores familiares) podem expressar seus desejos de acesso a direitos, participação e também o reconhecimento por suas contribuições para o desenvolvimento rural, pois segundo o Observatório Agroindustrial (2005), “Agricultura familiar gera mais de 80% da ocupação no setor rural e responde no Brasil por sete de cada dez empregos no campo e por cerca de 40% da produção agrícola”.

Há que se pensar um meio para o empoderamento da comunidade, onde os atores ali inseridos sejam parte integrante do processo decisório com isonomia de tratamento e reconhecimento, conforme relata Guimarães (2013:16).

No Brasil os debates e as lutas sociais produziram demandas e alternativas à hipótese da “expropriação” do rural, mas as políticas de desenvolvimento rural não autorizam se pensar “revitalização” da agricultura. Os atores sociais expressavam desejos de ter acesso a direitos, participação e reconhecimento por suas contribuições, queriam ser tratados com equidade e ter acesso a bens e serviços públicos qualificados. As organizações sociais identificadas com as diversas causas organizam-se em redes sócio-políticas que defendem várias causas e pleiteiam ser parte atuante de um projeto de desenvolvimento nacional onde interesses sejam considerados.

As discussões pertinentes às políticas públicas de desenvolvimento local, governança territorial e rede de atores sociais, indica a necessidade de relacionar as articulações que ocorrem no planejamento de ações para a promoção do desenvolvimento da agricultura familiar no território. Guimarães (2013: 17), relata:

A partir da década de 90 o sentido do desenvolvimento rural foi ampliado pela força que ganhavam outros movimentos, como foi a questão ambiental, a reforma agrária e a segurança alimentar. Mas o conjunto de trabalhadores rurais sem terra e de pequenos e médios agricultores seria bem maior do que a vontade do governo de promover o acesso à terra e a inclusão de pequenos agricultores, geralmente pobres, à lógica do mercado. Até então os pobres não constavam de nenhuma política efetiva que não fosse de caráter assistencialista, social ou compensatório.

Nos anos 90 foi criado pelo Governo Federal o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) o qual destina-se a estimular a geração de renda e melhorar o uso da mão de obra familiar, por meio do financiamento de atividades e serviços rurais agropecuários e não agropecuários desenvolvidos em estabelecimento rural ou em áreas comunitárias próximas, além disto, o Programa de Aquisição de Alimentos -

PAA, criado pelo art. 19 da Lei nº 10.696, de 02 de julho de 2003, possui duas finalidades básicas: promover o acesso à alimentação e incentivar a agricultura familiar, outro programa importante é o PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar, criado pela Lei nº 11.947/2009, estes programas possibilita a participação da comunidade no controle social, no acompanhamento das ações realizadas pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios para garantir a oferta da alimentação escolar saudável e adequada.

A partir da disponibilização dos Programas “PRONAF”, “PAA” e “PNAE” pelo Governo Federal, com apoio de agentes locais (EMATER, Prefeituras, Universidades, entre outros) iniciou-se o entendimento de planejar ações para melhorar a participação do grupo de produtores rurais e famílias de baixa renda nas organizações comunitárias, conselhos municipais e demais espaços de gestão, aumentando a sua capacidade de elaboração de propostas e influência junto às autoridades locais, enfatizando a autonomia, a sustentabilidade econômica e a articulação dos empreendimentos econômicos solidários com os processos de desenvolvimento territorial.

A compreensão da importância das relações locais como forma de organização em redes alteram as práticas no processo de desenvolvimento, uma vez que dessas relações emergem a previsão de produção, comercialização, comunicação, informação, conhecimento e o poder no território, estes aspectos possibilitam um empoderamento da rede local e participação das decisões que afetam diretamente a comunidade local.

Analisando a organização local observaram-se os aspectos culturais e religiosos, familiares, costumes, interesses comunitários e governança local, possibilitando assim identificar o sentimento de pertencimento local e comunitário, que não se refere apenas ao lugar, mas ao contexto geral de forma mais ampla. Os fluxos praticados na rede dependem dos atores locais, uma vez que o processo decisório pode estar na estrutura formal ou informal. Formal quando a decisão vem pelos poderes e instituições constituídas de forma legal, e informal quando as decisões vêm da comunidade atendendo os interesses de costumes, culturais e sociais.

A região do Vale do Ribeira, onde os Municípios de Tunas do Paraná, Cerro Azul, Adrianópolis e Bocaiuva do Sul estão situados, é uma região considerada de baixo desenvolvimento e com carência de pessoal capacitado para apoio na gestão de projetos e implementação de programas de governo, este quadro dificulta a execução de projetos e programas de apoio à agricultura familiar e outras demandas, como destaca, Campanhara e Graziano (1997: 75).

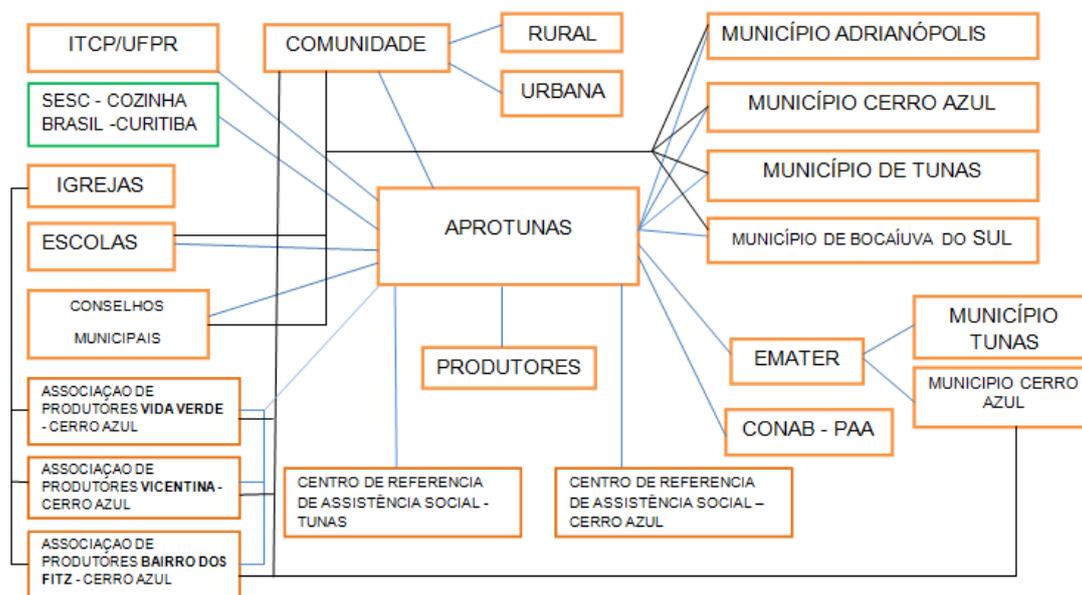
Nas áreas rurais mais pobres do país os municípios também são pobres e dispõem de menores capacidades institucionais e profissionais, inclusive para possibilitar o seu acesso aos programas e planos das esferas administrativas públicas, assim como para atraírem recursos e investimentos privados.

A partir de um enfoque regional, foi realizado o Diagnóstico Rural Participativo – DRP, como ferramenta de coleta de dados dos agricultores vinculados a APROTUNAS, outra ação desenvolvida foi à identificação das relações sociais em que a comunidade está inserida. Esta ação possibilitou compreensão das relações dos agricultores com a APROTUNAS, e também como se dá a articulação da APROTUNAS com as esferas de governo, igrejas,

escolas, canais de comercialização, conselhos municipais, órgãos de fomento, empresa de extensão rural e universidade.

Neste sentido, este estudo procura aprofundar a pesquisa no processo de construção da rede social no território como instrumento de fortalecimento dos empreendimentos econômicos solidários (EES), bem como os atores econômicos e sociais, isto possibilitará uma melhor compreensão de como se dá a organização das redes sociais e políticas, identificando a influência na produção, comercialização, logística, consumo, acesso políticas públicas, relações com conselhos municipais e poder público. Neste campo de articulação a rede pode ser utilizada como estratégia para modelo de desenvolvimento sustentável. Para Castells (1999: 498), “rede é um conjunto de nós interconectados com grande flexibilidade para lidar com a complexidade das sociedades contemporâneas, sob o paradigma informacional”, partido deste pressuposto, a equipe da ITCP/UFPR identificou como se articula a rede das estruturas organizacionais dentro do território onde a APROTUNAS está inserida (Figura 2). Foram identificadas as relações com órgãos como: Prefeituras Municipais e suas unidades administrativas, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, Conselhos Municipais de Controle Social, Escolas Municipais e Estaduais, Igrejas, pontos de comercialização (compra e venda), Associações de produtores de municípios vizinhos, comunidade rural e urbana, além da relação da APROTUNAS com a ITCP/UFPR nas atividades de pesquisa, ensino e extensão.

Figura 2 – Fluxo da Rede no Território.



Fonte: organizado pelos autores.

A Equipe da ITCP/UFPR trabalha em parceria com a APROTUNAS desde 2007, neste período foram realizadas reuniões, capacitações e discussões, com agricultores, membros da comunidade, órgãos de governo, e outras entidades e organizações, buscando a construção de alternativas visando o enfrentamento de problemas sociais, econômicos, e de relação comunitária (associativismo e cooperativismo).

No início dos trabalhos a APROTUNAS desenvolvia ações em uma rede fechada, composta apenas pelos agricultores associados, e com alguns contatos com a Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná, com a chegada da equipe da ITCP, elaborando reuniões e oficinas de capacitação foram sendo desenvolvidas alternativas de melhoria na produção agrícola, com isto as relações políticas e comerciais da APROTUNAS foram ampliadas de forma gradativa. Em 2008 foi apresentado o primeiro projeto para o Programa de Aquisição de Alimentos- PAA a Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB, este projeto possibilitou a formação da primeira rede de relacionamento, pois envolvia a APROTUNAS, ITCP/UFPR, EMATER, Conselho Municipal de Assistência Social, Escolas Municipais, Centro de Referência de Assistência Social, além de troca de produtos com agricultores do Município de Adrianópolis. No decorrer do tempo, outras relações foram estabelecidas, uma vez que em 2014 a Prefeitura Municipal de Tunas do Paraná passou a adquirir produtos pelo Programa Nacional de Alimentação Escolar, o qual estabelece que “Dos recursos financeiros repassados pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE às entidades executoras (Prefeituras, Estados e Universidades), no mínimo, 30% (trinta por cento) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios produzidos pelo agricultor familiar e pelo empreendedor familiar rural”, com isto, a rede passou também a envolver o Conselho Municipal de Alimentação Escolar, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal da Fazenda, além das escolas municipais que já estavam sendo atendidas pelo PAA.

No ano de 2015, com a elaboração do PAA/2015, novamente a rede se ampliou, uma vez que, dentro do Município de Tunas do Paraná, foram inclusos produtores das Comunidades de Ouro Fino, Tigre, Tuneiras, Barro Vermelho e Pacas, além da parceria estabelecida com três Associações de Produtores Rurais do Município de Cerro Azul (Associação Vicentina, Vida Verde e Bairro dos Fitz), esta parceria possibilitou o estabelecimento de relações com a Prefeitura Municipal de Cerro Azul, através das Secretarias Municipais de Agricultura e Abastecimento e Ação Social, Conselhos Municipais, Igrejas das comunidades rurais, escolas municipais, como também a entrega de produtos excedente no consumo local para o Serviço Social da Indústria-SESI/Cozinha Brasil, no município de Curitiba.

Em alguns casos a APROTUNAS não está conectada diretamente com determinadas unidades e organizações, isto ocorre porque as relações podem ser estabelecidas de forma diretas, ou seja, não passam pela APROTUNAS, veja como exemplo: as igrejas situadas na área rural de Cerro Azul estabelecem uma relação com as Associações de Produtores da região quando o espaço comunitário é cedido para atividades dessas Associações, ou ainda, no momento em que os Agricultores entregam seus produtos no comércio local, ou diretamente ao consumidor através de feiras livres, também quando encaminham os produtos para fora do município, neste caso a entrega se dá diretamente na Centrais de Abastecimento do Paraná S/A – CEASA no Município de Curitiba.

A APROTUNAS executa a gestão do PAA, o qual envolve produtores dos municípios de Tunas do Paraná, Cerro Azul, Adrianópolis e Bocaiuva do Sul, já que o Programa permite a adesão de produtores de outros municípios. No caso do PNAE é gerenciado somente em Tunas do Paraná, pois o

programa estabelece no seu marco legal que, cada município apresente a sua proposta para aquisição de produtos para a merenda escolar.

Desta maneira é possível demonstrar a organização comunitária através da APROTUNAS, e suas relações com os produtores oriundos da agricultura familiar, suas articulações com canais de comercialização em programas de governo, como o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, e Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE, além de iniciativas não governamentais na busca de fomento em programas de políticas públicas, atividades sociais em eventos religiosos, de lazer e políticos, capacitação para associados, conselheiros municipais e membros do poder público, novos métodos de produção, custos e logística para entrega de produtos, além da relação com órgãos de governo nas esferas Federal, Estadual e Municipal. A partir da visualização da rede de relações sociais, econômicas e políticas postas no território onde a APROTUNAS está inserida, é possível identificar os desafios quanto ao entendimento da atuação dos atores nas relações de poder e decisão, uma vez que as particularidades do território privilegiam as especificidades do local, envolvendo múltiplos interesses, conflitos e tensões.

As ações articuladas em conformidade com as especificidades territoriais podem ser fortalecidas com processo/programas educativos e culturais, observando assim uma sensível melhora no desempenho econômico, na cadeia produtiva, na comercialização, na logística, na relação com o poder público, na absorção de novas tecnologias sociais e conseqüentemente na qualidade de vida dos produtores da agricultura familiar. Estes aspectos potencializam o resgate das práticas culturais, históricas e de produção, com a finalidade de incentivar a permanência do agricultor na propriedade rural, evitando assim uma expansão do êxito rural.

### **Considerações finais**

As redes apresentam-se como uma solução viável e desejável aos cidadãos ativos e conscientes das necessidades de transformações do território. As redes possibilitam a articulação dos movimentos culturais e informacionais capazes de propor alternativas para a comunidade, fundamentadas em valores democráticos, opiniões e auto percepções dos indivíduos envolvidos.

As articulações alcançadas pela rede possibilitam o desenvolvimento de ações de empoderamento e da autonomia da comunidade por dois viés: (i) pela valorização das atividades agrícolas e não-agrícolas que ocorrem nos espaços rurais, proporcionando novas alternativas de geração de renda através do comércio no interior e para o exterior do território, (ii) por meio de relações entre produtores e consumidores ampliando as demandas de produção e oferta de produtos e serviços.

As relações estabelecidas no território possibilita uma autonomia de gestão, além da criação de estâncias de poder decisórios autônomos, defendendo os interesses da comunidade, democratizando as informações, descentralizando as decisões, estimulando a participação, e resgatando os valores e objetivos do trabalho compartilhado.

Portanto, o desenvolvimento do território aparece como uma possível solução para gerar e mediar às ações de desenvolvimento rural. Por fim, se observa as dinâmicas de participação comunitária na relação entre os atores

sociais e políticos, uma vez que eles são fundamentais para a autossuficiência econômica, melhoria da renda e de gestão na busca de mecanismos que possibilitem melhores condições de vida e trabalho.

## Referências

AMARAL, Vivianne. (2002). *Desafios do trabalho em rede. Rede de Informações para o Terceiro Setor*, dez.

ANDRADE, Manoel Correia. (1995). *A questão do território no Brasil*. São Paulo; Recife: Hucitec; IPESPE.

CAMPANHOLA, Clayton, SILVA, José Graziano da., (1997). *Diretrizes de Políticas Públicas para o Novo Rural Brasileiro: incorporação a nação de desenvolvimento local*. UNICAMP.

COLEMAN, James S. (1990). *Foundations of Social Theory – The Belknap Press of Havard University Press – Cambride, Londres*.

FORPROEX. (2012). *Extensão Universitária: organização e sistematização / Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Universidades Públicas Brasileiras*; organização: Edison José Corrêa. Coordenação Nacional do FORPROEX. Belo Horizonte: Coopmed, 2007. Disponível América Latina. Buenos Aires: Editorial Miño y Dávila.

GUIMARÃES, Duncan Alencar. (2013). *Desenvolvimento Rural: Territórios e Redes*. Tese (Doutorado). Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

OLIVIERI, Laura. (2003). *A importância histórico-social das Redes. Rede de Informações para o Terceiro Setor*.

PREVOST, Philippe. (2011). *Enjeux didactiques dans la formation des agronomes: cas de la notion de terroir*. Natures Sciences Sociétés 19, pp. 50-55.

SANTOS, Milton. (2002). *Território e Dinheiro*, In: Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Território, Territórios. Niterói: PPGeo-UFF/AGB-Niterói, RJ. P.17-38.

SANTOS, Milton. (2000). *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. São Paulo: Record.

SAQUET, Marco Aurélio. (2007). *Abordagens e Concepções de Território*. São Paulo. Expressão Popular.

TEIXEIRA, Tiago Roberto Alves. (2012). *Território e Desenvolvimento: considerações sobre competitividade territorial*. Revista GEOMAE, v.3-n.1. Campo Mourão, p. 13-25.

THIOLLENT, Michel. (1997). *Pesquisa-Ação nas Organizações*. Ed. Atlas. São Paulo.

YIN, Robert. K. (2001). *Estudo e caso: planejamento e métodos*/ Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi – 2 ed. – Porto Alegre: Bookmam.